

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 1.771/2025

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, conservação, tratamento, higienização e manutenção geral de piscina, com fornecimento de mão-de-obra especializada (sem dedicação exclusiva), ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para manter a qualidade da água, bem como as manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas e aquecedores, da Praça do Bem-Estar, sob coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Saquarema, 11 de abril de 2025.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

(Processo Administrativo: 1.771/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, conservação, tratamento, higienização e manutenção geral de piscina, com fornecimento de mão-de-obra especializada (sem dedicação exclusiva), ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para manter a qualidade da água, bem como as manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas e aquecedores, da Praça do Bem-Estar, sob coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	Quantidade	Periodicidade dos Serviços
1	9962	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, conservação, tratamento, higienização e manutenção geral de piscina, com fornecimento de mão-de-obra especializada (sem dedicação exclusiva), ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para manter a qualidade da água, bem como as manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas e aquecedores.	Mês	12	03 (três) vezes por semana

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

		<p>Características da Piscina:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 50.000,00 L; • Largura: 5m; • Comprimento: 10m; • Profundidade: 1,20m; <p>Características Casa de Bomba:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caldeira aquecimento central calefação piscina – Gás GLP; Potência (kcal/h) 3000,0; Potência (kw) 34,8; Exaustão natural; Consumo (Kg/h) 2,59; Diâmetro chaminé (mm) 137; Alimentação 220V; Rendimento (%) 82; Uso para piscina; Uso para calefação; Uso com apoio solar; Câmara de combustão reforçada (100% cobre); Diâmetro interno (mm) 15; Parede do tudo (mm) 0,9; Comprimento (mm) 235; Largura (mm) 452; Altura (mm) 727 e Peso (kg) 20,0; • Bomba piscina com pré-filtro. Potência 1,5 cv; Voltagem 110/220v Monofásico-Bifásico; Bítola de Sucção e Recalque 50x50mm; Pressão Máxima 18 mca; Vazão Máxima 18.100 Litros por hora; Material Corpo/Carcaça ABS; Material do Rotor Noryl. <p>Período de 12 meses (três vezes por semana)</p>			
--	--	---	--	--	--

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

1.3. Os serviços objeto desta contratação serão prestados de forma contínua.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.724, de 10 de janeiro de 2024.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da celebração do instrumento contratual.

1.6. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.2. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em estrita observância aos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, com ênfase nos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade, propõe a contratação de serviços especializados de limpeza, tratamento, higienização, conservação e manutenção geral de piscina, bem como a execução de manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos integrantes da casa de máquinas e nos sistemas de aquecimento. Tais medidas visam assegurar o pleno funcionamento das instalações, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias.

2.3. A presente iniciativa justifica-se pela necessidade de manutenção das atividades regulares de hidroginástica realizadas na Praça do Bem-Estar, equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que atende diariamente um número significativo de usuários, em sua maioria idosos. Essas atividades integram políticas públicas de promoção à saúde e ao bem-estar social, demandando, portanto, a adoção de medidas contínuas e eficazes para a preservação e adequado funcionamento das instalações e equipamentos, de modo a garantir a prestação de serviços de qualidade à população.

2.4. A manutenção contínua dos serviços de limpeza, conservação e tratamento da piscina, bem como a realização de manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos da casa de máquinas e nos sistemas de aquecimento, reveste-se de caráter essencial. A manutenção preventiva regular reduz a probabilidade de falhas técnicas nos equipamentos, evitando interrupções nas atividades e garantindo a

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

eficiência dos sistemas. Ademais, tais ações contribuem para o prolongamento da vida útil dos equipamentos, promovendo a redução de custos operacionais a médio e longo prazos, em consonância com o princípio da economicidade.

2.5. Cumpre destacar que o público-alvo da Praça do Bem-Estar é composto majoritariamente por idosos, grupo etário que demanda cuidados específicos em razão de suas particularidades fisiológicas. Nesse contexto, é imperativo assegurar condições higiênico-sanitárias ideais da água da piscina, a fim de evitar riscos à saúde dos usuários. A sensibilidade da pele dos idosos, agravada pelo processo natural de envelhecimento, torna-os mais vulneráveis a impurezas e desequilíbrios químicos na água, o que reforça a necessidade de um controle rigoroso e permanente da qualidade da água.

2.6. Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de garantir que a temperatura da água esteja adequadamente ajustada, de modo a propiciar conforto e segurança durante a realização das atividades. A manutenção adequada dos sistemas de aquecimento é fundamental para assegurar o bem-estar dos usuários, bem como a continuidade das aulas de hidroginástica, que desempenham papel crucial na promoção da saúde física e emocional dos idosos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desse segmento populacional.

2.7. Neste contexto, considerando o significativo fluxo de usuários que frequentam a Praça do Bem-Estar, torna-se imperioso implementar um rigoroso controle de qualidade da água da piscina, bem como assegurar a manutenção regular e preventiva dos equipamentos. Essas medidas são indispensáveis para garantir um ambiente seguro, saudável e confortável, alinhado aos objetivos sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Dessa forma, a contratação dos serviços em questão configura-se como medida necessária e adequada para o pleno cumprimento das finalidades públicas em comento.

2.7. Nesta toada, a contratação do objeto em tela é imprescindível para a continuidade das atribuições inerentes à Administração Pública Municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se preconizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN STLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e legislação correlatas, naquilo que couber, e ainda:

4.2.1. O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleos lubrificantes, gases, combustíveis e baterias deverá ser realizado pela Contratada, sem ônus para o Contratante, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424/2010, no caso de baterias, e, de modo amplo, pelo Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto nº 9.178/2017), Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais normas ambientais pertinentes;

4.2.2. Realizar o descarte adequado das embalagens dos produtos utilizados na piscina, conforme as normas ambientais vigentes;

4.2.3. Fiscalizar a integridade das estruturas e dos componentes das piscinas, a fim de evitar vazamentos e desperdícios de água;

4.2.4. Elaborar e manter um programa interno de treinamento para seus empregados, visando à redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e da produção de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;

4.2.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.2.6. Deverá utilizar de critérios sustentáveis para a realização dos serviços, como por exemplo, a reutilização da água, sempre que possível, dessa forma contribuindo para evitar o desperdício de água;

4.2.7. Realizar o acondicionamento adequado dos resíduos recicláveis descartados pela Administração;

4.2.8. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados de forma diferenciada e adequada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou à logística reversa, quando aplicável;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

4.3. A Contratada deverá otimizar a utilização de recursos e promover a redução de desperdícios e de poluição, por meio das seguintes medidas, entre outras:

4.3.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

4.3.2. Substituir substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade;

4.3.3. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.3.4. Racionalizar o consumo de energia, especialmente elétrica, e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.3.5. Promover treinamentos e capacitações periódicas para os empregados, com foco em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

4.3.6. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas a resíduos sólidos;

4.3.7. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos para o descarte adequado de materiais potencialmente poluidores.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Técnicos da contratação

4.6. A Contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor.

4.7. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas.

4.8. A empresa contratada deverá apresentar profissionais qualificados e capacitados. As vestimentas deverão ser dentro dos padrões de segurança exigidos, bem como deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individuais – EPIs.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

4.9. A depender da qualidade da água, poderá ser necessária a realização de procedimentos alternados em dias diferentes para a manutenção da qualidade da água.

4.10. A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva do maquinário da casa de bombas da piscina, composto com as seguintes características: Caldeira aquecimento central calefação piscina – Gás GLP; Potência (kcal/h) 3000,0; Potência (kw) 34,8; Exaustão natural; Consumo (Kg/h) 2,59; Diâmetro chaminé (mm) 137; Alimentação 220V; Rendimento (%) 82; Uso para piscina; Uso para calefação; Uso com apoio solar; Câmara de combustão reforçada (100% cobre); Diâmetro interno (mm) 15; Parede do tudo (mm) 0,9; Comprimento (mm) 235; Largura (mm) 452; Altura (mm) 727 e Peso (kg) 20,0; Bomba piscina com pré-filtro. Potência 1,5 cv; Voltagem 110/220v Monofásico-Bifásico; Bítola de Sucção e Recalque 50x50mm; Pressão Máxima 18 mca; Vazão Máxima 18.100 Litros por hora; Material Corpo/Carcaça ABS; Material do Rotor Noryl.

4.11. A Contratada deverá observar, no que couber, as seguintes normas técnicas: bem como outras normas e catálogos convenientes aos equipamentos: ABNT NBR 10131:2015 – “Bombas Hidráulicas de Fluxo”, ABNT NBR NM 60317:2007 (partes 0 a 51) – “Especificações para Tipos particulares de Fios para Enrolamentos”, ABNT NBR 17094 (partes 1 a 4) – “Máquinas Elétricas Girantes”, ABNT NBR IEC 60034 (partes 5 a 14) – “Máquinas Elétricas Girantes”, ABNT NBR 15367:2006 - Máquinas Elétricas Girantes – “Marcação de Cabos Terminais e Sentido de Rotação”, ABNT NBR IEC 60216 (partes 1 a 8) – “Materiais isolantes elétricos” e ABNT NBR 15448 – “Embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis.

4.12. A Contratada deverá assegurar que a temperatura da água da piscina mantenha-se, no mínimo, entre 28°C e 33°C.

4.13. A Contratada deverá fornecer todos os materiais químicos necessários para a manutenção da piscina, bem como disponibilizar mão de obra especializada para a execução dos serviços. Será de responsabilidade da Contratada a compra de insumos para aplicação na piscina que garantirão a qualidade da água como cloro, sulfato de alumínio, barrilha, ácido, clarificante, algicida e quaisquer outros insumos que se fizerem necessário para manutenção da qualidade da água. Também é de responsabilidade da empresa ter sua própria mangueira, aspirador, escovas, ponteiras, peneiras e cabo extensor para realização de manutenção.

4.14. A Contratada deverá garantir a qualidade da água, mantendo-a sempre em condições adequadas para a prática de natação. Para isso, deverá assegurar que a água esteja límpida e transparente, com pH entre 6,8 e 7,6 e quantidade mínima de cloro residual livre entre 1 e 3 ppm. Além disso, deverá disponibilizar um colaborador,

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

sem necessidade de dedicação exclusiva, para realizar, três vezes por semana, a limpeza de sedimentos no fundo da piscina e de materiais flutuantes na superfície.

4.15. A Contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do maquinário da piscina, incluindo o sistema hidráulico, elétrico, casa de máquinas, bombas de circulação, filtros de areia, tubulações e conexões, com eliminação de vazamentos. A prestação de serviços deverá incluir reparos emergenciais em equipamentos, substituição ou correção de componentes, fornecimento de produtos químicos, análise, três vezes por semana, de pH, cloro livre, cloro total, cloro combinado e alcalinidade, além do uso de fotômetro digital para análise da concentração de químicos.

4.16. A Contratada divulgará, três vezes por semana, os parâmetros da água no quadro informativo da piscina e manter registro diário da vistoria dos equipamentos, como bombas, filtros, manômetros e válvulas seletoras de função. Também será responsável pela emissão de laudo mensal de análise biológico físico-química, supervisão técnica semanal e presença quinzenal de técnico de manutenção. A manutenção integral, com substituição ou correção de defeitos nos equipamentos aquáticos, deverá ser realizada conforme necessário.

4.17. A Contratada fornecerá, sem ônus para a Contratante, todo o Equipamento de Proteção Individual – EPI e Coletivo – EPC adequados necessários à realização das atividades, observando as demais exigências em conformidade com a NR6.

4.18. A Contratada deve assumir a responsabilidade pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, apertos, correção de vazamentos, limpeza, testes, ajustes, regulagens, calibração, lubrificação e conservação inerentes aos serviços realizados. Além disso, deve garantir todos os custos operacionais, mão de obra, emprego de ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à realização do serviço.

4.19. O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleos lubrificantes, gases, combustíveis e baterias deverá ser realizado pela Contratada, sem ônus para o Contratante, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e, de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais.

4.20. A Contratada deverá oferecer garantia dos serviços por, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data da intervenção/instalação e funcionamento do equipamento, peça

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

ou componente, não arcando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com quaisquer custos adicionais se necessário, durante a garantia, algum reparo complementar no serviço prestado.

4.21. A Contratada deverá elaborar e executar um plano de manutenção preventiva e corretiva, além de realizar a manutenção completa da piscina em horário compatível com as atividades de aula. A seleção dos produtos químicos e a definição das dosagens adequadas serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser realizadas com base nas necessidades técnicas específicas da piscina. Por fim, a empresa deverá adquirir todos os materiais de consumo necessários, incluindo produtos químicos e demais insumos, para garantir a qualidade da água e o pleno funcionamento da piscina.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços será feita 03 (três) vezes por semana, e iniciará após os trâmites contratuais, emissão de empenho e consequentemente a emissão da Ordem de Serviço.

5.2. O início da execução do objeto será no prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de início de serviço.

5.3. Cronograma de realização dos serviços será definido entre a licitante vencedora e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.4. Os serviços objeto do presente Termo de Referência serão executados no endereço situado à Rua Barão de Saquarema, s/nº, Centro, Saquarema/RJ, CEP: 28990-001 (Praça do Bem-Estar).

5.4.1. A execução dos serviços ocorrerá no intervalo compreendido entre as 9 (nove) horas e as 16 (dezesseis) horas, de segunda a sexta-feira, exceto em dias de feriados ou pontos facultativos, salvo disposição em contrário acordada entre as partes.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

<u>FREQUÊNCIA</u>	<u>ROTINA</u>	<u>TIPO DE SERVIÇO</u>
3x por semana	Aspirar a piscina pelo fundo, retirando os detritos depositados;	Limpeza

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

3x por semana	Realizar a limpeza da superfície da água com rede e do entorno da piscina, removendo resíduos;	Limpeza
3x por semana	Controlar a qualidade da água, mesmo que aparentemente clara e transparente;	Limpeza
3x por semana	Fazer limpeza das bordas da piscina com limpa bordas apropriado, antes da manutenção da água;	Limpeza
3x por semana	Efetuar limpeza do pré-filtro;	Limpeza
3x por semana	Escovar as paredes e o piso da piscina;	Limpeza
3x por semana	Lavar o elemento filtrante;	Limpeza
Semanal	Vistoriar o bom funcionamento dos equipamentos da casa de bomba e aquecedores;	Conservação/Manutenção
Semanal	Vistoria sobre o bom funcionamento dos equipamentos da piscina.	Conservação/Manutenção
Mensal	Realizar manutenção preventiva na casa de bomba, incluindo inspeção de motores, bombas, tubulações e conexões.	Manutenção Preventiva
Mensal	Lubrificar partes móveis dos equipamentos da casa de bomba, conforme necessário.	Manutenção Preventiva
Mensal	Verificar e ajustar a pressão do sistema de filtragem.	Manutenção Preventiva
Mensal	Inspecionar vazamentos, desgastes ou anomalias nos equipamentos da casa de bomba.	Manutenção Preventiva
Quando necessário	Executar manutenção corretiva nos equipamentos da casa de bomba, em caso de falhas ou avarias.	Manutenção Corretiva
Quando necessário	Substituir peças desgastadas ou danificadas dos equipamentos da casa de bomba.	Manutenção Corretiva
Trimestral	Realizar limpeza interna completa da casa de bomba, incluindo tanques, tubulações e acessórios.	Conservação/Manutenção
Trimestral	Testar o funcionamento de todos os sistemas da casa de bomba, incluindo bombas, filtros e aquecedores.	Manutenção Preventiva

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

5.5. A manutenção preventiva inclui inspeções regulares, lubrificação, ajustes e testes para garantir o bom funcionamento dos equipamentos da casa de bomba, evitando falhas e interrupções no sistema. Essa prática é essencial para assegurar a continuidade dos serviços e a eficiência dos equipamentos, reduzindo custos com reparos emergenciais e prolongando a vida útil dos sistemas.

5.6. A manutenção corretiva abrange reparos e substituições de peças em caso de avarias ou falhas nos equipamentos. Essa intervenção é crucial para restabelecer o funcionamento adequado dos sistemas, minimizando impactos negativos nas atividades realizadas na piscina e garantindo a segurança dos usuários.

5.7. A conservação envolve a limpeza e a preservação dos equipamentos e estruturas da casa de bomba, garantindo sua durabilidade e eficiência. Além disso, a limpeza da água da piscina é de extrema importância, pois assegura a qualidade higiênico-sanitária do ambiente, evitando riscos à saúde dos usuários, especialmente idosos, que são mais sensíveis a impurezas e desequilíbrios químicos. A manutenção regular da água, aliada à conservação dos equipamentos, contribui para um ambiente seguro, saudável e confortável, alinhado aos objetivos de promoção da saúde e bem-estar social.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 21](#))

6.7.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, I](#));

6.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, II](#));

6.7.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, III](#));

6.7.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IV](#));

6.7.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, V](#));

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

6.7.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VI](#));

6.7.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VII](#));

6.7.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VIII](#));

6.7.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IX](#));

6.7.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, X](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 21](#));

6.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, I](#));

6.8.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, II](#));

6.8.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, III](#));

6.8.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, IV](#));

6.8.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme disposto no início VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, V](#));

6.8.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI](#));

6.8.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI](#)).

Fiscalização Setorial

6.9. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 21 e o art. 22 do Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024 ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 23](#)).

Gestor do Contrato

6.10. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial ([Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 20](#)):

6.10.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.10.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

6.10.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.10.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.10.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.10.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.10.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

6.10.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

6.10.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 24 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.10.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a)

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo será realizado no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a devida verificação da efetiva prestação dos serviços, com a consequente aceitação. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante atesto na Nota Fiscal, que formalizará a aceitação, dispensando-se, para tanto, a elaboração de termo detalhado de recebimento definitivo.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data de emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar;

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de Pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, sob regime de execução empreitada por preço unitário.

Regime de Execução

8.2. o regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário.

Possíveis impactos ambientais

8.3 Os materiais/bens a serem adquiridos não causam impactos ambientais significativos, pois quando bem-produzidos, os móveis têm uma vida útil prolongada. Ao contrário de produtos de consumo rápido, como alimentos ou embalagens descartáveis, podem ser reciclados ou reutilizados ao longo do tempo. Quando bem-feitos, os materiais podem ser reaproveitados em novos produtos. Além disso, muitos móveis antigos podem ser restaurados ou reparados, estendendo sua vida útil e diminuindo a necessidade de produção de novos itens, além disso, práticas e inovações sustentáveis dentro da indústria de mobiliário estão ajudando a reduzir ainda mais os impactos de forma contínua.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

8.5. No caso de Empresário Individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

8.8. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, onde opera com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser praticamente sucursal, filial ou agência;

8.9. No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Decreto de Autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.12. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual, acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Municipal/Estadual relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-financeira

8.21. Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando ela constar o prazo de validade.

8.21.1. No caso de as Certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informado em que fase se encontra o feito em juízo;

8.21.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

8.22. A Licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, judicialmente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.23.1. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações de contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante;
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

II. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante; ou
- Por meio de registro do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

III. Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço das Demonstrações Contábeis, devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante;

IV. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

- Apresentarão o Balanço Patrimonial na forma da Lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECF), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio de recibo de entrega emitido pelo sistema público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECF), nos termos do § 1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16 e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

8.24. Comprovação de boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

seus contadores devidamente registrados no CRC, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo do Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

8.25. Caso a licença não apresente os índices na forma do item 8.24, deverá apresentar prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo estima pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

Qualificação Técnica

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

8.26. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, no edital de licitação, conforme preleciona o art. 35 e seguintes do (Decreto Municipal nº 2.740 de 06 de fevereiro de 2024):

§ 1º A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

§ 2º A documentação de habilitação de que trata o caput poderá ser dispensada, total ou parcialmente nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, ressalvando inciso XXXIII do caput do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição Federal;

8.27. Apresentação de Alvará da Vigilância Sanitária da sede da licitante;

8.28. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de serviço igual ou similar ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e prazos com as especificações constantes do Termo de Referência;

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação constará nos autos, a partir da pesquisa de mercado, a ser oportunamente realizada pelo Departamento de Compras desta municipalidade, em estrito cumprimento ao disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 2.741, de 06 de fevereiro de 2024.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação;

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Termo de Referência;

10.2. Realizar a fiscalização do objeto contratado;

10.3. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.4. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no(s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;

10.5. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento;

10.6. Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Realizar a prestação dos serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

11.2. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços;

11.3. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

11.4. Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

11.6. Responsabilizar-se, na forma do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

11.6.1. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, com a inclusão do Município de Saquarema ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.2. No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.3. As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Saquarema ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Saquarema ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

11.6.4. Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada;

11.7. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços durante todo prazo de execução contratual;

11.8. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

11.9. Observar os dispostos nos Decretos Municipais nº 2.721/2024, 2.722/2024, 2.723/2024, 2.724/2024 e 2.740/2024;

11.10. Cumprir ao longo de toda a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

11.12. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições do(s) bem(s) entregue(s), atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

11.13. Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas na Lei nº 14.133/2021:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

12.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

12.1.4. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

12.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

12.2. A aplicação das sanções previstas nos subitens 12.1.2 e 12.1.3 observará os seguintes parâmetros:

12.2.1. 1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

12.2.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

12.2.4. 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;

12.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

12.2.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais;

12.2.7. As sanções previstas no item 12.1 do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas de forma concomitantes e, não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato;

12.2.8. As multas previstas neste tópico não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

12.2.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido;

12.2.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento;

12.2.11. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.2.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

12.3. A recusa das licitantes em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 12.1;

13. FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços ou instrumento que fizer as vezes dele deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

14. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1. É facultativo ao CONTRATANTE suspender a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços e a contagem dos prazos mediante justificativas.

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.1.1. A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

15.1.2. Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar;

15.1.3. Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato;

15.1.4. A multa referida no subitem anterior não tem caráter compensatório, podendo, ainda ser compensada com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

15.2. Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia (se houver);
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

15.3. Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no subitem 15.1.4.

15.4. No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia (se houver).

16. DO REAJUSTE

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

16.1. Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

16.2. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

16.3. Caso o índice previsto neste Termo de Referência seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

17.2. contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FMDI

- I) Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Direitos do Idoso;
- II) Fonte de Recursos: 170401;
- III) Programa de Trabalho: 082410027.2.136;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99;

18. MEMÓRIA DE CÁLCULO

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

18.1. Segue abaixo a planilha de quantitativo, com estimativa anual, conforme demanda apontada:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	Quantidade	Periodicidade dos Serviços	Local de Prestação dos Serviços
1	9962	<p>Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, conservação, tratamento, higienização e manutenção geral de piscina, com fornecimento de mão-de-obra especializada (sem dedicação exclusiva), ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para manter a qualidade da água, bem como as manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas e aquecedores.</p> <p>Características da Piscina:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacidade: 50.000,00 L; Largura: 5m; Comprimento: 10m; Profundidade: 1,20m; <p>Características Casa de Bomba:</p> <ul style="list-style-type: none"> Caldeira aquecimento central calefação piscina – Gás GLP; Potência (kcal/h) 3000,0; Potência (kw) 34,8; Exaustão natural; Consumo (Kg/h) 2,59; Diâmetro chaminé (mm) 137; Alimentação 220V; Rendimento (%) 82; Uso para piscina; Uso para calefação; Uso com apoio solar; Câmara 	Mês	12	03 (três) vezes por semana	Praça do Bem-Estar

Processo nº 1.771/2025

Folha: _____ Rubrica: _____

		<p>de combustão reforçada (100% cobre); Diâmetro interno (mm) 15; Parede do tudo (mm) 0,9; Comprimento (mm) 235; Largura (mm) 452; Altura (mm) 727 e Peso (kg) 20,0;</p> <ul style="list-style-type: none">Bomba piscina com pré-filtro. Potência 1,5 cv; Voltagem 110/220v Monofásico-Bifásico; Bítola de Sucção e Recalque 50x50mm; Pressão Máxima 18 mca; Vazão Máxima 18.100 Litros por hora; Material Corpo/Carcaça ABS; Material do Rotor Noryl. <p>Período de 12 meses (três vezes por semana)</p>				
--	--	---	--	--	--	--

INTEGRANTE TÉCNICO

INTEGRANTE REQUISITANTE

Flora Soares Vianna

Matrícula: 954519-5

Setor Orçamentário

Luis Phyllype da Costa Lima

Matrícula: 960698-6

Setor Orçamentário

AUTORIDADE MÁXIMA

Joice Mattos Terra Bravo

Matrícula: 954527

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Saquarema, 11 de abril de 2025.